



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2021



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Ivanete dos Santos de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira, Ivanete dos Santos de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-167-8

DOI 10.22533/at.ed.678211106

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Souza, Ivanete dos Santos de (Organizadora). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021, com a aprovação do uso das vacinas no Brasil e com aplicação a passos lentos, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Como assevera Santos (2020), desde que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo o mundo tem vivenciado um permanente estado de crise; onde a educação e doutrinação, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação ao nível dos Estados.

Nesse sentido, a pandemia, ainda segundo o autor anteriormente referenciado, veio apenas agravar a crise que a população tem vindo a ser sujeita. Esse movimento sistemático de olhar para as crises, postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto dessa crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**Capitalismo Contemporâneo e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que aceitaram fazer parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

Ilvanete dos Santos de Souza

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E SEUS IMPACTOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O CASO DA ALDEIA AÇAIZAL – AMAZÔNIA – BRASIL

Hellen Regina Martins Rocha

Vanja da Cunha Bezerra

Messias Furtado da Silva

Claudio Emidio-Silva

DOI 10.22533/at.ed.6782111061

CAPÍTULO 2..... 15

MOVIMENTOS SOCIAIS E A POLITICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

Armanda Rachel Botelho Mourão

William de Farias Barros

DOI 10.22533/at.ed.6782111062

CAPÍTULO 3..... 26

CICLO DE DEBATES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Ethel Louise Pereira dos Santos

Larissa Antunes Zanotti

Maria Virgínia Martins Mattar

Nathália Gonçalves Ferreira

Giovanna Carvalho de Almeida Avelar

Gustavo Costa de Souza

DOI 10.22533/at.ed.6782111063

CAPÍTULO 4..... 38

A EVOLUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MUDANÇAS DESDE A PRIMEIRA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL ATÉ A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

Marcella Arraes Castelo Branco

Elenice de Alencar Silva

Flávio Ricardo Silva Sousa

DOI 10.22533/at.ed.6782111064

CAPÍTULO 5..... 52

CONSTRUÇÕES LÚDICAS DE BONECAS (OS) NA PERSPECTIVA DO CORPO E GÊNERO

Lidia Andrade da Silva

Leilane Alves Chaves

Nathália Martins Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6782111065

CAPÍTULO 6..... 62

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E REFERÊNCIAS ANGLO- AMERICANAS NO

PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA DO PERÍODO DE 1951 A 1971

Naiara Ramos

José Geraldo Pedrosa

DOI 10.22533/at.ed.6782111066

CAPÍTULO 7..... 72

REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DO MEIO AMBIENTE PARTILHADAS POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Francisca de Fátima de Lima Sousa

Dálet Helen Vasconcelos Veras Lima

João Pedro Cardoso de Macedo

Dinalva Clara Monteiro Santos Silva

Wyadyson Francisco de Sousa Maciel

DOI 10.22533/at.ed.6782111067

CAPÍTULO 8..... 84

O PROGRAMA INTEGRAL DE SAÚDE DA MORADIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Nathália Dias Pereira Alves Oliveira

Renato Pereira da Silva

Maria das Dores Saraiva de Loreto

DOI 10.22533/at.ed.6782111068

CAPÍTULO 9..... 95

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: COMO EDUCAR PARA A PAZ EM TEMPOS DIFÍCEIS?

Denilson Douglas de Lima Cardoso

Valdivina Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6782111069

CAPÍTULO 10..... 105

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA, UMA REALIDADE POSSÍVEL: LEI Nº 7.040/98/ SEDUC/MT NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MATO GROSSO

Márcio Paz Câmara

Silvia Regina Canan

DOI 10.22533/at.ed.67821110610

CAPÍTULO 11 115

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO ACERCA DOS PROFESSORES DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Mirela Viersa Morillo

Rodrigo Augusto Prando

DOI 10.22533/at.ed.67821110611

CAPÍTULO 12..... 132

COOPERAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL: A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE JUIZ DE FORA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO

Polyana Gomes de Matos

DOI 10.22533/at.ed.67821110612

CAPÍTULO 13	143
LIMITES DAS POLÍTICAS SOCIOEDUCACIONAIS NO BRASIL FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS	
Telmo Marcon	
DOI 10.22533/at.ed.67821110613	
CAPÍTULO 14	155
O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DOS DISCENTES DA EPT NO ENSINO MÉDIO EAD	
Angelimar Santana Santos	
Marcelo Vera Cruz Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.67821110614	
CAPÍTULO 15	175
O PROCESSO DE ENSINO COMO INSTRUMENTO PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA	
Janaina Rossarolla Bando	
Daniel Pulcherio Fensterseifer	
DOI 10.22533/at.ed.67821110615	
CAPÍTULO 16	185
REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA: AS POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR	
Maurício Cosme de Lima	
Simone Ferreira Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.67821110616	
CAPÍTULO 17	196
TECNOLOGIA SOCIAL, SUSTENTABILIDADE E CIÊNCIAS POR MEIO DE CADERNO PEDAGÓGICO	
Natalia de Lima Bueno	
Amanda Bastos Almeida	
Gabriel Ribeiro Griten	
Jessica Alessandra Hungaro	
DOI 10.22533/at.ed.67821110617	
CAPÍTULO 18	202
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E SUAS MANIFESTAÇÕES NO COTIDIANO ESCOLAR: UM RECORTE TEÓRICO SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	
Helenice Bastos Batista Rocha	
Maria de Fátima de Andrade Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.67821110618	
CAPÍTULO 19	216
O QUASE-MERCADO EDUCACIONAL BRASILEIRO E A POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA ENQUANTO PROJETO DE NAÇÃO	
Cristian Correna Carlo	

DOI 10.22533/at.ed.67821110619

CAPÍTULO 20	228
A DECOLONIALIDADE NO CURRÍCULO MÍNIMO DE SOCIOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Vitória Marinho Wermelinger	
DOI 10.22533/at.ed.67821110620	
CAPÍTULO 21	240
REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS	
Isadora Pereira Dias	
Giovana Giraldelli Mendes Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.67821110621	
CAPÍTULO 22	248
APREENSÕES SOBRE A DISCIPLINA POLÍTICA, GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Fábio Mamoré Conde	
Evelyn Iris Leite Morales Conde	
DOI 10.22533/at.ed.67821110622	
CAPÍTULO 23	257
NO ESTAR SENDO PEDAGOGO, PRIMEIROS DIÁLOGOS SOBRE E COM CIDADES EDUCADORAS	
Paula dos Santos de Oliveira	
Stefani Iolanda Gomes de Lima	
Lígia Dadalt Casaril	
Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.22533/at.ed.67821110623	
CAPÍTULO 24	270
DA CÉDULA DE 200 REAIS AO NICHU E HABITAT: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DIALÓGICA	
Andiara Aparecida Sousa	
Richard Lima Rezende	
Antonio Fernandes Nascimento Junior	
DOI 10.22533/at.ed.67821110624	
CAPÍTULO 25	277
A NOÇÃO DE TRAVESSIA COMO DIALÉTICA CONCEITUAL	
Vagno Emygdio Machado Dias	
DOI 10.22533/at.ed.67821110625	
SOBRE OS ORGANIZADORES	290
ÍNDICE REMISSIVO	292

A DECOLONIALIDADE NO CURRÍCULO MÍNIMO DE SOCIOLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 08/03/2021

Vitória Marinho Wermelinger

Universidade Estadual do Norte Fluminense

Darcy Ribeiro

Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/2090410166299519>

RESUMO: A educação ocupa um papel central no processo de reconhecimento cultural dos povos. No entanto, no Brasil, desde a escola até a academia nos deparamos com um ensino majoritariamente eurocentrado, que narra os fatos sob a perspectiva do colonizador. Tendo em vista a maneira recorrente como o poder do colonizador invade e submete o imaginário do colonizado, o presente trabalho tem como objetivo analisar de forma crítica o Currículo Mínimo de Sociologia do estado do Rio de Janeiro, verificando a presença de conteúdos que promovam a representatividade étnica, racial e cultural dos povos colonizados no Brasil, buscando, assim, saber se ele pode ser considerado um currículo multicultural. Para isso, as teorias do currículo e temáticas étnico-raciais e culturais vigentes nas leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 foram as bases para posteriormente realizar a análise do currículo. Foi possível observar que o documento curricular não corresponde de forma positiva no que diz respeito à abordagem pós-crítica do currículo, à teoria decolonial e ao multiculturalismo intercultural.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, Decolonialidade, Sociologia, Multiculturalismo.

DECOLONIALITY IN THE MINIMUM CURRICULUM OF SOCIOLOGY OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: Education plays a central role in the process of cultural recognition of people. However, in Brazil, from school to the academy we come across a mostly euro-centered teaching, which narrates the facts from a colonizer's perspective. Given the recurring way in which the power of the colonizer invades and submits the imaginary of the colonized, this paper aims to critically analyze the Minimum Curriculum of Sociology of the state of Rio de Janeiro, checking the presence of contents that promotes positive representation of ethnic, racial and cultural backgrounds of colonized people in Brazil, and thus seeking to know if it can be considered a multicultural curriculum. For this, we proceeded to a study of the curriculum theories, then a selection of the ethnic-racial and cultural themes prevailing in the Brazilian laws 10.639/03 and 11.645/08 to later analyze the document itself. It was observed that the document does not correspond positively with respect to the post-critical approach of the curriculum, decolonial theory and critical multiculturalism.

KEYWORDS: Curriculum, Decoloniality, Sociology, Multiculturalism.

1 | INTRODUÇÃO

A colonização trouxe inúmeros traumas às sociedades que a viveram, e a escola não escapou deste processo, uma vez que ambas estão intrinsecamente ligadas. Sendo a elaboração dos currículos escolares uma etapa fundamental para a construção de uma educação multicultural, é indispensável que o interesse de todos esteja representado neste documento, de forma que o mesmo não funcione como um instrumento de homogeneização e de assimilação da cultura dominante. Trazendo tais aspectos para o ensino de Sociologia, o presente artigo tem como temática a presença dos conteúdos propostos pelas leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 (que buscam incorporar ao currículo ideias que promovam a representatividade étnica, racial e cultural dos povos afro-brasileiros e indígenas) no Currículo Mínimo de Sociologia do Estado do Rio de Janeiro.

A partir da reflexão sobre o papel da educação no processo de reconhecimento cultural, observa-se que a ausência de representação dos povos nativos que tiveram suas terras, riquezas e liberdade usurpadas pelo fenômeno da colonização dificulta o reconhecimento do estudante como parte desses grupos. Somado isso ao fato de que a apresentação das narrativas é feita majoritariamente pela versão do colonizador, se faz necessário questionar como os povos afro-brasileiros e indígenas se fazem presentes no currículo escolar.

A partir das teorias do currículo, das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e do conceito de decolonialidade, o Currículo Mínimo de Sociologia do estado do Rio de Janeiro é analisado de forma minuciosa, com a finalidade de compreender se este documento curricular pode ser considerado um currículo multicultural, que seja capaz de romper com pensamento colonial. O presente trabalho teve como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que se deu a partir da análise de obras que tratam o tema, bem como as leis nº 10.639/03 e a nº 11.654/08, e o Currículo Mínimo de Sociologia do Rio de Janeiro.

2 | O CURRÍCULO

O currículo, segundo Tomaz Tadeu Silva (2009), possui o propósito de nos ensinar a ser cidadãos, viver em sociedade, nos sociabilizar. Do mesmo modo que qualquer outra prática ou artefato cultural, o currículo nos constrói enquanto sujeitos particulares e específicos. De certo modo, o documento curricular pode ser entendido, enquanto um mecanismo do Estado, para a formação da sociedade que se pretende produzir.

O documento curricular não pode ser entendido enquanto um conhecimento que é transmitido passivamente, uma revelação, ligado à essência ou à natureza humana, ele é um discurso, uma narrativa construída a partir da linguagem e da cultura. O currículo é um responsável por constituir e posicionar o sujeito. De modo que legitima ou deslegitima; valida ou invalida; os conhecimentos necessários para a formação dos indivíduos,

norteando o que é moral ou imoral, certo ou errado. “As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação” (SILVA, 2009, p. 189-190). Fomentando noções específicas sobre questões de gênero, raça e classe.

Um dos fatores que mais se destaca no que diz respeito ao currículo escolar é a disputa de poder existente nesse campo, pois, como elucida Tomaz Tadeu da Silva (2002), o que será ou não ensinado está permeado por uma grande discussão ideológica sobre qual conhecimento é tido como importante para integrar o currículo. Para uma melhor compreensão dessa discussão é necessário que sejam apresentadas as teorias do currículo, que se dividem em três abordagens: a tradicional, a crítica e a pós-crítica. As teorias do currículo estão situadas em um campo epistemológico e social e o que as distingue é justamente a questão do poder.

A teoria tradicional é desenvolvida em uma atmosfera norte-americana durante o início do século XX, pelo teórico Bobbitt, cuja obra **The Curriculum**, de 1918 tornou-se referência para os estudos na área. A sua proposta era a transformação do sistema educacional em um sistema empresarial/fábrica, com foco nos resultados e, para isso, deveriam ser traçados métodos específicos e objetivos, sempre visando aspectos técnicos do processo ensino-aprendizagem. Nessa lógica, o currículo preocupa-se efetivamente com assuntos que estejam estritamente relacionados à didática, ao planejamento, à organização, à eficiência e, principalmente, à avaliação, à metodologia e aos objetivos. Neste caso, não há contestações acerca de questões que envolvam um caráter social e cultural na elaboração do currículo.

A segunda abordagem do currículo é a crítica, que se fundamenta na problematização das questões que envolvem desigualdades sociais e como esta questão relaciona-se com o contexto escolar, trazendo à tona a discussão entre poder e classes sociais. Ainda de acordo com Silva (2002), os movimentos sociais e culturais dos anos de 1960 (como o processo de independência das antigas colônias europeias, os protestos estudantis em diversos países, a luta contra a ditadura militar no Brasil) foram eventos que acabaram por influenciar teorias que questionassem o pensamento e estrutura tradicionais da educação. A teoria crítica contrasta com a base da teoria tradicional ao questionar os arranjos educacionais até então propostos, buscando compreender como o currículo escolar acirra o processo de reprodução das desigualdades sociais.

As teorias pós-críticas, por sua vez, ampliam e modificam o que as teorias críticas sinalizam, pois desenvolvem uma abordagem que busca não apenas a problematização que está relacionada às questões de classe como também analisar o currículo a partir das suas conexões com o multiculturalismo. Ao entender que o currículo é permeado por vários fatores tais como a etnia, a raça, a sexualidade, o gênero, considera que essas temáticas

são fundamentais para se pensar um currículo que reivindique uma educação que tenha como base a igualdade.

Dentro das teorias pós-críticas está presente a teoria pós-colonialista, que analisa a confusa relação de poder existente entre as nações que vivenciaram e foram vítimas da conquista colonial europeia. A teoria pós-colonialista além de pensar relações de poder entre as metrópoles e os países mais recentemente libertados, também busca pensar em como se deu a história do processo de colonização europeia. Essa teoria também busca entender o porquê de o currículo ser moldado por meio de uma epistemologia colonial, que tem uma das definições de raça e nacionalidade embasadas no contexto de colonização europeia. Em outros termos, essa teoria busca questionar as narrativas que continuam exaltando o imperialismo europeu. Nas abordagens pós-críticas o poder não tem mais um único centro, como o Estado e a classe, por exemplo, mas está espalhado por toda a rede social. Com as teorias pós-críticas, o mapa do poder é ampliado para incluir os processos de dominação centrados na raça, na etnia, no gênero e na sexualidade, e o conhecimento se mostra como parte inerente do poder.

3 | SOBRE A DECOLONIALIDADE

Apesar de a colonização ter chegado ao fim, a invasão do imaginário do colonizado por parte do colonizador ainda se faz presente, resultando na destruição do imaginário do colonizado e fazendo com que este se sinta invisibilizado e/ou subalternizado. O autor Aníbal Quijano denomina esse fenômeno colonialidade do poder, responsável por coibir a produção de conhecimento dos ditos povos subalternizados. Outro conceito trazido por Quijano é o de colonialidade do saber, que equivale a rejeição dos conhecimentos produzidos fora do eixo europeu, negando a capacidade da produção de conhecimento dos povos que um dia foram colonizados.

É importante enfatizar a diferença existente entre o conceito de colonialidade e o conceito de colonialismo, uma vez que o colonialismo diz respeito a uma dominação de um povo por outro por vias de cunho político, jurídico, militar e administrativo. A colonialidade, por sua vez, surge como resultado do colonialismo moderno, fazendo-se presente nos livros didáticos, no meio acadêmico e em outros espaços enquanto cultura dominante (TORRES apud CANDAU, 2010). Tendo em vista tantas marcas negativas deixadas pela colonização, marcas essas que invadiram o nosso imaginário e o nosso processo educacional, começam a surgir alternativas a essas problemáticas, sendo uma das alternativas o projeto pós-colonial que, ao identificar a relação antagônica entre colonizador e colonizado, busca denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos (ROSEVICS, 2017, p. 187).

O pós-colonialismo buscou fazer uma análise literária, criticando uma construção discursiva eurocentrada e apontando as problemáticas desse discurso na formulação das

identidades dos povos dos países colonizados no momento de pós-independência. No entanto, os principais referenciais teóricos desse movimento eram autores europeus, como Foucault, Derrida e Gramsci, algo extremamente contraditório para um grupo que tinha a intenção de romper com a tradição epistemológica eurocêntrica. Por isso, a crítica decolonial surge questionando a persistência da epistemologia eurocentrada e reivindicando o fim de todas as formas de opressão. De acordo com Reis e Andrade (2018), o pensamento decolonial vincula de maneira interdisciplinar a cultura, a economia e a política, edificando um campo de pensamento que valorize epistemologias locais, ao invés das epistemologias impostas pelo legado colonial.

Sendo um currículo multicultural condição indispensável para uma educação decolonial, ou mesmo pós-colonial, é possível afirmar, bem como elucida o autor Gimeno Sacristán (1998), que existe um problema de igualdade de oportunidade dentro da escola, visto que determinados grupos sociais têm sua cultura menos representada no currículo escolar do que outras. Um dos pontos centrais para se pensar na construção de um currículo multicultural, de acordo com Sacristán (1998), consiste no planejamento dos currículos.

A partir da entrada das classes populares na escola brasileira os currículos e materiais didáticos colonizados e colonizadores passam a ser questionados, uma vez que as populações negras e indígenas normalmente são silenciadas ou estereotipadas no currículo. É devido a esse descontentamento com a falta de representatividade de determinados grupos no currículo que surge a demanda pelo ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras.

Nesse contexto, surgem as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que segundo Gomes (2012), reivindicam a descolonização dos currículos da educação básica e superior, no que diz respeito à África, aos afro-brasileiros e aos indígenas, reconhecendo os povos negros e indígenas como grupos fundamentais para a formação da sociedade brasileira e que possuem uma história de lutas e conquistas que deve ser contada.

4 | AS LEIS Nº 10.639/03 E Nº 11.645/08

As leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 são exemplos de disputa no campo educacional. De acordo com Nilma Lino Gomes (2008), a reivindicação pelos direitos das populações negra e indígenas foi fruto da disputa ideológica dos movimentos sociais que expandiu o compromisso antirracista do âmbito social para o político com a implementação de políticas educacionais. Contudo, apenas uma aplicação conteudista da lei não é o suficiente. Vera Candau (2005) chama a atenção para o reconhecimento do “outro” e da diversidade presente no ambiente escolar. Todavia, lidar com a diferença pode se tornar um grande desafio na prática docente, uma vez que a formação docente mostra-se limitada no que diz respeito ao preparo para lidar com a diversidade existente na escola.

Dado que o currículo é um instrumento de poder, uma das principais formas de intervenção e atuação para mudar a dinâmica social nas escolas é colocar em prática sua descolonização. Gomes (2008) defende que para as escolas se tornarem um espaço inclusivo que respeite a diversidade e multiculturalidade é necessária sua descolonização a partir de uma mudança que seja principalmente estrutural, e não meramente conteudista. Em suas palavras, “a descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber” (p. 107).

Conhecer a história da África, da diáspora negra no Brasil e dos indígenas brasileiros é o primeiro passo para que os negros, negras e indígenas possam conhecer sua trajetória histórica e, assim, desenvolver mecanismos para lidar e entender as causas estruturais do racismo constantemente vivido.

5 | ANALISANDO O CURRÍCULO

O Currículo Mínimo de Sociologia do Rio de Janeiro teve sua formulação concluída no ano de 2012 e, apesar da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, segue sendo o parâmetro mais comum para os professores de Sociologia atuantes na rede estadual do Rio de Janeiro. O Currículo Mínimo ainda funciona como um aparato fornecido pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) para guiar os professores na construção de seus planos de aula e de curso. Em 2011, foi confeccionada uma primeira versão do documento, finalmente chegando a sua versão final em 2012, que é adotada pela SEEDUC como padrão a ser seguido por todas as escolas do estado Rio de Janeiro no que diz respeito ao planejamento pedagógico de Sociologia. A seguir estão os critérios utilizados para modificar a primeira versão do documento:

- 1- Exequibilidade, isto é, facilitar a aplicação pelos professores da rede;
- 2- Adequação ao Ensino Médio;
- 3- Aperfeiçoamento sem alteração radical com relação ao Currículo Mínimo de 2011, em especial observando-se: (a) a progressão de série, de modo que os alunos não tenham conteúdos repetidos devido à alteração curricular – ou o mínimo possível; (b) o trabalho já realizado pelo professor, de modo a evitar tanto quanto possível a sobrecarga de novo planejamento;
- 4- Orientação pela experiência prática, conforme diálogo com professores da rede (RIO DE JANEIRO, 2012. p. 3).

A análise desse documento teve como lente a abordagem pós-crítica do currículo e a teoria decolonial, buscando saber se é possível encontrar conteúdos que seguem às determinações e temáticas previstas nas leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Ainda que a edição do Currículo Mínimo de Sociologia divulgada em 2012 tenha sido elaborada por equipes disciplinares de professores da rede estadual, coordenadas por professores doutores de

diversas universidades do Rio de Janeiro, foi possível constatar que esse documento não traz uma discussão muito abrangente acerca da função que deve ser exercida pela Sociologia no Ensino Básico. Apresentando uma estrutura sintética, o documento conta apenas com doze páginas, divididas em: uma breve contextualização do que se trata o currículo; temáticas que deverão ser apresentadas de acordo com cada série e em seus respectivos bimestres.

A primeira constatação, muito reveladora, já pode ser feita na introdução: o documento expõe que houve mudanças pouco radicais (grifo meu) em relação à primeira edição do documento, ainda que tais mudanças digam respeito à retirada de conteúdos relacionados às leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08:

Esta orientação curricular deve ser aplicada em conformidade com as legislações educacionais vigentes que contemplam aspectos da História e da Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena (Leis 10.639/03 e 11.645/08). Ao conceber a escola como espaço de (des)construção de discursos e local privilegiado de reflexão sobre as contradições sociais, busca-se fortalecer a implementação das diretrizes nacionais a partir da inclusão de sugestões pontuais e concretas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que assegurem a sociodiversidade brasileira (BRASIL, 2011, p. 3).

Ênfase particular foi atribuída, na discussão acerca do processo de construção das identidades coletivas e das formas de preconceito e discriminação, às relações étnico-raciais. Sem prejuízo do trato de outras formas de pertença, amplamente contempladas na proposta curricular, tal ênfase se deve, em parte, à primazia conferida às relações étnico-raciais no longo percurso do pensamento social brasileiro em produzir explicações sobre o Brasil. Entretanto, para além disto, tomamos por referência a recente obrigatoriedade da inclusão, nos currículos do ensino básico, de conteúdos relativos às histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas (leis 10.639/03 e 11.645/08). Apesar da ênfase dada, nas leis em tela, às áreas de Artes, Literatura e História brasileiras, entendemos que a Sociologia, pela reflexão acumulada no campo das relações étnico-raciais, está particularmente vocacionada para abordar o tema no ensino básico, juntamente com as disciplinas referidas nas leis (BRASIL, 2011, p. 6).

No documento de 2011, as passagens citadas mostram como a Sociologia assume a responsabilidade de incorporar o debate étnico-raciais no Currículo Mínimo, comprometendo-se em apresentar conteúdos referentes às histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas como indicam as referidas leis. Curioso constatar que, na segunda edição do documento, tais passagens não são mais encontradas e também não é possível localizar nenhuma menção às leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 ou sequer às culturas indígenas, africanas ou afro-brasileiras.

Pode-se verificar no novo currículo a seguinte disposição de temas:

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre
1º Ano do Ensino Médio	O que é o Conhecimento Sociológico	Cultura e Diversidade	Cultura e Identidade	Preconceitos e Discriminação
2º Ano do Ensino Médio	Cidadania, Direitos Humanos e Movimentos Sociais	Trabalho, Sociedade e Capitalismo	Relações de Trabalho	Estratificação e Desigualdade
3º Ano do Ensino Médio	Cultura, Consumo e Comunicação de Massa	Poder, Política e Estado	Cidadania, Democracia e Participação Política	Formas de Violência e Criminalidade

Traçando um paralelo entre a versão do currículo elaborada em 2011 e a versão finalizada do documento em 2012, no que diz respeito à formulação dos eixos temáticos e às competências e habilidades, é possível detectar que o documento perde o trecho que sinaliza os conceitos-chave e os temas norteadores dos assuntos propostos. Percebe-se também que alguns dos temas são indicados em séries e bimestres distintos nas duas versões. No entanto, o que mais chama atenção é a ocultação ou a abreviação de algumas habilidades e competências que se mostram essenciais para a construção de um ensino de Sociologia que seja decolonial e/ou que busque problematizar o preconceito racial sofrido por determinadas parcelas da população, assim como o mostrado pela tabela a seguir:

	2011	2012
1º Ano do Ensino Médio	Desnaturalizar as visões de mundo através da observação de diferentes culturas e formas de construção da identidade coletiva. (BRASIL, 2011, p. 10)	Habilidade retirada.
2º Ano do Ensino Médio	Identificar os marcadores sociais da diferença (gênero, sexualidade/ orientação sexual, raça/etnia, geração) na contemporaneidade e perceber sua inter-relação na produção e reprodução das desigualdades. (BRASIL, 2011, p. 10)	Habilidades realocadas para o terceiro bimestre do primeiro ano do Ensino Médio, aparecendo como: Identificar os marcadores sociais da diferença na contemporaneidade e perceber sua interrelação na produção e reprodução das desigualdades; Compreender o processo de construção da identidade e da cultura nacionais e suas implicações nas relações étnico-raciais e nas identidades regionais no Brasil. (BRASIL, 2012, p. 6)
	Compreender o processo de construção da identidade e da cultura nacionais e suas implicações nas relações étnico-raciais e nas identidades regionais no Brasil, incorporando as principais contribuições da teoria social brasileira neste debate. (BRASIL, 2011, p. 10)	
	Identificar as diferentes formas de preconceito, discriminação e intolerância (raça, religião, gênero, geração, classe, sexualidade, nacionalidade, etc) e compreender suas múltiplas inter-relações e sobredeterminações; Identificar os principais debates que marcam a produção sociológica sobre preconceito e discriminação etnicorraciais no Brasil. (BRASIL, 2011, p. 10)	Na versão de 2012 esses temas aparecem no terceiro e quarto bimestre do primeiro ano do Ensino Médio e sem sinalizar quais são os grupos que mais sofrem com preconceito, discriminação e intolerância no Brasil.
3º Ano do Ensino Médio	Entender a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil relativamente aos marcadores sociais de diferença (gênero, orientação sexual, raça/etnia, credo, geração e região). (BRASIL, 2011, p. 10)	Habilidade realocada para o terceiro bimestre do segundo ano do Ensino Médio sem, no entanto, identificarem os marcadores sociais de diferença, como gênero, orientação sexual, raça, etnia, credo, geração e região.

É importante sinalizar que as palavras “afro-brasileiro/a” e indígena não aparecem sequer uma vez em todo o documento curricular do ano de 2012, o que mostra como a temática étnico-racial é secundarizada pelo Currículo Mínimo de Sociologia do Rio de Janeiro. Quando chamamos a teoria para nos ajudar na análise, verificamos que, para que se relacione o Currículo Mínimo de Sociologia com a teoria pós-crítica do currículo, é importante lembrar que essa teoria abre espaço para que se debatam questões como raça, etnia e multiculturalidade. A abordagem pós-crítica sinaliza, inclusive, a importância de se questionar o porquê de, na maioria das vezes, o currículo ser moldado por uma epistemologia colonial (SILVA, 2002). Até é possível encontrar algumas características da abordagem pós-crítica no Currículo Mínimo de Sociologia, mas isso fica a cargo de temáticas

como movimentos sociais, cidadania, direitos humanos, cultura e diversidade e cultura e identidade. No entanto, quando as discussões chegam aos temas relacionados à raça, etnia, preconceito e discriminação, a zona de debate mostra-se extremamente limitada, uma vez que tais temas são abordados apenas em um semestre durante os três anos do Ensino Médio, propondo a reflexão sobre os processos de estigmatização e rotulação de determinados grupos e sujeitos sociais (BRASIL, 2012) sem, ao menos, identificarem quais grupos e sujeitos sofrem essa estigmatização.

No que tange ao debate decolonial, é necessário voltar a salientar que o pensamento decolonial busca edificar de forma interdisciplinar um campo de concepções que valorizem epistemologias locais ao invés das epistemologias impostas pelo legado colonial (REIS E ANDRADE, 2018). Todavia, não é o que encontramos no Currículo Mínimo de Sociologia que além de sequer citar quais são os grupos que mais sofrem com a estigmatização e o preconceito no Brasil, quando trata da temática cultura e diversidade ou cultura e identidade, enfatiza a importância de se compreender o processo de construção da identidade e da cultura nacionais e suas implicações nas relações étnico-raciais e nas identidades regionais no Brasil (BRASIL, 2012), sem ao menos mencionar as culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas na construção da identidade e cultura brasileira.

Sendo assim, muitos pontos que são relacionados à raça e à etnia carecem de mais particularizações pelo Currículo Mínimo, o que gera margem para interpretações dispersas e pouco contundentes por parte dos profissionais encarregados de realizar o currículo nas escolas. Deve-se lembrar, ainda, que a prática de uma educação decolonial não se dará somente através da elaboração de leis, diretrizes e documentos, a formação docente se estabelece como um fator essencial para a aplicabilidade das políticas curriculares. A inserção de novos conteúdos no currículo demanda planejamento no que diz respeito à formação de professores e a um projeto de formação continuada desses profissionais. É necessário formar docentes que tenham o preparo adequado para realizar um processo de ensino-aprendizagem coerente e inclusivo.

6 | CONCLUSÃO

Ao analisar o Currículo Mínimo de Sociologia do Rio de Janeiro foi atestado que o documento não corresponde de forma positiva no que diz respeito à abordagem pós-crítica do currículo e à teoria decolonial. O Currículo Mínimo traz assuntos referentes às questões étnico-raciais de forma pouco concisa e com pouca frequência. Acerca da abordagem pós-crítica do currículo, por exemplo, era esperado que o Currículo Mínimo explicasse a origem das diversas formas de discriminações existentes, bem como pontuasse de forma incisiva que a reprodução de desigualdades está associada a outras questões diversas, além da distinção entre classes.

Após trabalhar o conceito de decolonialidade, foi possível constatar que uma educação decolonial só será possível quando temáticas étnico-raciais estiverem presentes no currículo e essa proposta poderia se concretizar por meio das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que propõem justamente o ensino das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas na Escola Básica.

O fato de o documento curricular de 2012 sequer citar as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 mostra como a elaboração dessa base curricular foi insuficiente no que diz respeito a uma proposta decolonial ou pós-colonial de ensino de Sociologia. Ignorar as leis citadas é desconsiderar grande parte da população brasileira, omitindo a história de uma parcela da população que foi, e segue sendo, parte fundamental e estruturante da cultura brasileira, que está presente em grande quantidade nas escolas públicas brasileiras. Além disso, é importante salientar que deixar de trabalhar com as temáticas trazidas pelas referidas leis é negligenciar a LDBEN/96, uma vez que essas leis alteram as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A ausência de palavras como afro-brasileira, africana e indígena no Currículo Mínimo de Sociologia parece ser uma confirmação de um projeto assimilacionista de educação, que apresenta como alternativa a assimilação de uma maioria cultural por uma minoria dominante. O Currículo Mínimo de Sociologia busca evidenciar a importância da reflexão e do senso crítico para o exercício da cidadania (BRASIL, 2012), frase escrita em letras garrafais no texto em questão, entretanto, ao minimizar as histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas a proposta curricular analisada impossibilita ensinar o exercício da cidadania para qualquer aluno da escola pública ou privada, dado que ele dificilmente irá se reconhecer no conteúdo aprendido na escola.

Não podemos perder de vista a importância de nos mantermos vigilantes no que diz respeito às políticas públicas e aos projetos de leis voltados para educação, uma vez que essas políticas e ações dizem muito sobre qual o tipo de sociedade almeja-se para o futuro do país. Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular, mais do que nunca é necessário que estejamos atentos aos reflexos que uma política curricular pode causar em uma sociedade. Constata-se assim, como afirma Sacristán (1998), que ainda nos dias de hoje vivenciamos um problema de igualdade de oportunidade dentro da escola brasileira, em que os grupos afro-brasileiros e indígenas sofrem com a falta de representatividade de suas culturas no currículo escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.** Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-s- Educacao-das-Rel_aco-es-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: Agosto de 2019.

_____. **Lei 10.639/03**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: Agosto de 2019.

_____. **Lei 11.145/08**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>>. Acesso em: Agosto de 2019.

DA SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.) **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem fronteiras, v.12, n.1. pp. 98-109, jan/abr 2012.

OLIVEIRA, L. F.; Candau, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte: UFMG, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010.

REIS, Maurício de N.; ANDRADE, Marcilea F. F. de. **O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá: UEM, n.202, p.1- 11, mar.2018.

RIO DE JANEIRO. **Currículo Mínimo**. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. 1ª ed., 2011. Disponível em< <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=759820> > Acessado em agosto 2019.

_____. **Currículo Mínimo**. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro 2ª ed., 2012. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=759820> > Acessado em agosto de 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 25, 26, 27, 30, 33, 35, 36, 67, 69, 105, 107, 108, 110, 112, 114, 115, 117, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 136, 168, 169, 251, 252, 255, 261

Administração Pública 26, 27, 30, 33, 35, 36, 67, 107, 133

Agronegócio 1, 2, 3, 7, 10, 11, 12, 13, 153

Anglo-Americanas 62, 63, 64

Anísio Teixeira 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 87, 93, 124

Assistência Estudantil 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 155, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Avaliação 33, 34, 35, 36, 52, 53, 90, 92, 93, 107, 168, 174, 218, 220, 226, 227, 230, 252, 261, 262

C

Capitalismo 1, 28, 36, 116, 235, 252, 283

Cidadania 30, 60, 64, 87, 143, 144, 145, 153, 161, 172, 176, 180, 182, 185, 186, 188, 189, 190, 205, 211, 212, 226, 235, 237, 238, 242, 245, 253, 254

Cidade Educadora 175, 182, 257, 264, 267, 268

Ciências 20, 52, 53, 54, 58, 59, 61, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 75, 105, 126, 128, 129, 130, 131, 142, 190, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 218, 223, 227, 244, 259, 272, 284, 290, 291

Classe Social e Discriminação 202

Colaboração 28, 47, 84, 123, 127, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142, 197, 200, 244, 250, 272

Cooperação 30, 66, 71, 132, 133, 134, 135, 140, 141, 142

Corpo 6, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 118, 160, 190, 214, 217, 221, 225

Cultura de Paz 95, 98, 100, 101, 102, 103, 245

Currículo 3, 33, 47, 61, 69, 70, 82, 124, 125, 183, 185, 190, 191, 192, 194, 218, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 257, 263, 266, 268

D

Debates 21, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 178, 212, 221, 236, 258

Decolonialidade 228, 229, 231, 238

Desigualdade Socioeconômica 143, 145, 146, 151

Dialética 172, 196, 198, 277, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

Diálogo 31, 55, 67, 68, 71, 91, 98, 108, 136, 172, 179, 181, 183, 197, 198, 199, 200, 204,

210, 213, 233, 249, 260, 263, 266, 267, 270, 271, 273, 274, 275

Difusão de Conhecimento 26

Diversidade 39, 46, 58, 60, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 140, 156, 160, 203, 204, 206, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 232, 233, 235, 237, 242, 245, 254, 261, 281

Docentes 29, 52, 53, 91, 115, 116, 117, 125, 126, 127, 128, 189, 213, 218, 223, 224, 225, 237, 259, 265, 266, 268, 272

E

EaD 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 224

Educação 1, 2, 3, 5, 7, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 28, 29, 30, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 93, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 124, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 207, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 271, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289, 290, 291

Educação Ambiental 76, 82, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 200

Educação do Campo 15, 16, 18, 19, 24, 291

Educação Escolar Indígena 1, 3, 5, 7, 12

Educação para a Paz 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 104

Educação Profissional 47, 62, 63, 67, 69, 70, 155, 156, 158, 162, 164, 166, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 249, 277, 288, 289, 291

Educação Profissional Tecnológica 155, 162, 170, 171

Educacional 6, 7, 18, 36, 39, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 61, 62, 64, 66, 85, 93, 98, 99, 100, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 114, 123, 127, 132, 141, 155, 173, 189, 190, 198, 203, 204, 205, 212, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 226, 227, 230, 231, 232, 241, 245, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 261, 276, 277, 282, 283

Emancipação 147, 148, 151, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 205, 279

Empreendedorismo Social 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131

Ensino Científico 216

Ensino de Ciências 52, 53, 54, 197, 227, 291

Ensino Médio 137, 138, 139, 140, 155, 158, 160, 162, 164, 166, 167, 171, 172, 173, 174,

233, 235, 236, 237, 247, 261, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289

Ensino Superior 33, 67, 68, 69, 71, 86, 87, 88, 90, 93, 94, 115, 125, 126, 130, 139, 160, 171, 185, 187, 189, 192, 194, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 264, 268, 269, 290

Escola Comum 39, 42, 43

Extensão 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 72, 73, 75, 88, 89, 91, 92, 110, 111, 150, 160, 161, 168, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 240, 241, 242, 244, 246, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 290

Extensão Universitária 28, 29, 30, 31, 33, 36, 192, 196, 199, 257, 258, 264, 267, 268, 269

F

Família 4, 39, 43, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 64, 69, 92, 94, 153, 210, 213

Financiamento da Educação 248, 249, 254, 256

Formação do Pedagogo 185, 188, 261, 263, 266

Formação Inicial 49, 52, 53, 167, 190, 191, 195, 257, 258, 259, 262, 263, 267, 268, 291

G

Gênero 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 111, 144, 146, 152, 173, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 213, 214, 215, 230, 231, 236, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Gestão da Educação 106, 114, 248, 255, 257, 258, 262, 265, 266

Gestão Democrática 105, 106, 107, 109, 112, 114, 133, 143, 248, 249, 253, 254, 255, 262, 263, 266

I

Impactos Ambientais 1, 2, 7

Inclusão 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 68, 87, 88, 90, 120, 122, 127, 144, 162, 166, 169, 200, 234, 241

Interculturalidade 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247

Intersecção Raça/Etnia e Gênero 202

J

Justiça Social 101, 143, 245

L

Lei Nº 7.040/98/SEDUC/MT 105, 109, 110, 112, 113

Luta de Classes 15, 16, 23, 283, 284, 285, 288

M

Meio Ambiente 3, 7, 21, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 119, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 199

Movimento Social 15, 16, 17, 18, 23, 87

Mulheres 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 274

Multiculturalismo 228, 230

P

Pandemia 34, 135, 141, 158, 162, 170, 200, 217, 223, 226

Parceria 23, 26, 43, 47, 65, 66, 92, 120, 194, 224, 286, 290

Pedagogia 13, 15, 19, 24, 46, 70, 96, 103, 105, 146, 175, 177, 180, 182, 183, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 201, 202, 227, 239, 241, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 269, 276, 291

Permanência 39, 42, 45, 47, 48, 49, 68, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 133, 143, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 181, 250, 271, 274

Pesquisa 1, 2, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 15, 16, 24, 26, 27, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 52, 58, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 81, 82, 84, 88, 89, 92, 93, 94, 96, 100, 103, 115, 116, 117, 119, 125, 127, 128, 131, 132, 134, 135, 140, 142, 143, 155, 160, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 178, 183, 184, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 204, 212, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 257, 258, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 272, 273, 274, 276, 289, 290, 291

Política Educacional 18, 108, 114, 216, 219, 248, 249, 251, 252, 253, 256

Políticas Públicas 4, 5, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 46, 49, 50, 87, 103, 106, 113, 114, 132, 133, 134, 135, 141, 156, 157, 158, 170, 172, 173, 175, 185, 186, 188, 192, 194, 217, 218, 238, 240, 244, 245, 249, 261, 262, 267

Práticas Colaborativas 196

Problematização 230, 254, 270, 271, 272, 273, 274, 276

Q

Quase-Mercado 216, 217, 218, 220, 223, 224, 226, 227

R

Recurso Pedagógico 270, 273, 274

Reforma Agrária 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 25

Representações Sociais 72, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 212

S

Saúde 5, 15, 24, 64, 82, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 133, 157, 160, 169, 218,

240, 246, 276

Sociologia 69, 124, 126, 150, 154, 183, 214, 228, 229, 233, 234, 235, 236, 237, 238

Surdos 43

T

Textos Imagéticos 72, 74, 75, 78, 82

Travessia 212, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289

U

Unidades Escolares 68, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 113

V

Violência Escolar 202, 206, 207, 213, 215

Violência Simbólica 202, 204, 205, 207, 208, 213, 214

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora
Ano 2021